

Belo Horizonte/MG, 4 de julho de 2019.

AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS (DETRAN MG).

Avenida João Pinheiro, nº 417, Boa Viagem

Belo Horizonte -MG

CEP: 30.130-183

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ref.: Denúncia para Investigação de Evasão Fiscal.

SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DE MINAS GERAIS ("SINCODIV - MG"), entidade sindical, com sede na Rua Ouro Fino, 395, Sala 2, bairro Cruzeiro, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30310-110, inscrita no CNPJ sob o nº 26.267.245/0001-73, denominada doravante "Notificante", neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, vem, por meio deste instrumento, respeitosamente, **NOTIFICAR** o **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS ("DETRAN MG")**, denominado doravante "Notificada", para que tome conhecimento acerca dos fatos expostos a seguir.

A presente Notificação visa informar à Notificada acerca das inúmeras irregularidades que vêm ocorrendo em processos licitatórios para aquisição de veículos novos no Estado de Minas Gerais, as quais estão sendo praticadas por Micro Empresas ("ME") e Empresas de Pequeno Porte ("EPP").

Tais irregularidades são perpetradas por MEs e EPPs, as quais não se enquadram como concessionárias de veículos, ou seja, não possuem contrato de concessão comercial nos termos da Lei n.º 6.729/79 ("Lei Ferrari"), posteriormente alterada pela Lei 8.132/90, nem figuram como "montadoras e importadoras de veículos", não podendo, desta forma, comercializar veículos novos.

Nos termos da Lei Ferrari, somente podem participar de tais processos licitatórios concessionárias de veículos (rede de distribuidores) e concedentes (montadoras e importadoras de veículos).

A referida legislação também estabelece que a distribuição e venda de veículos automotores de via terrestre, novos (ou 0km), apenas pode ser feita por meio da rede de distribuição (concessionárias de veículos) e, excepcionalmente, de forma direta pela Concedente, como se depreende do artigo 15, I, da Lei Ferrari.

A despeito do exposto, tais MEs e EPPs estão sendo não apenas habilitadas, como também estão se sagrando vencedoras de tais processos licitatórios.

As condições especiais para pessoas com deficiência e para produtores rurais, como visto, passaram a contemplar também as MEs e EPPs. Neste caso, todavia, a finalidade deveria ser o uso do veículo adquirido pelas próprias MEs e EPPs, e não a revenda a terceiros.